



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO**ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 9/2021 – TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n. 0001569-56.2021.4.01.8012)

REGISTRO DE PREÇOS - EQUIPAMENTOS DA ÁREA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE INSTITUCIONAL**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 8º, inciso II do Decreto n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, foi elaborado o presente Termo de Referência que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizado Registro de Preços, com vistas a eventual aquisição de materiais permanentes e de consumo duráveis da área de segurança e transporte institucional para atender as necessidades ordinárias da sede da Seção Judiciária de Rondônia e das Subseções Judiciárias vinculadas, no exercício de 2021/2022.

2. DO OBJETO

2.1. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de materiais permanentes e materiais de consumo duráveis da área de segurança institucional para atender as necessidades ordinárias da sede da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciária, das Subseções de Ji-Paraná e Vilhena, conforme especificações, detalhes e quantidades máximas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL SATELITAL PORTÁTIL. Das características mínimas do equipamento: <ul style="list-style-type: none"> • Funções de Chamada. • Viva-voz Integrado. • Envio e recebimento de SMS. • Envio e recebimento de e-mail de texto puro. • Código de acesso internacional pré-programado 1 (00 ou +). • Secretária eletrônica para voz e mensagens de texto e numéricas. • Medidor de tempo de chamada configurável para prever gastos. • Bloqueio de PIN por meio do teclado como medida de segurança adicional. • Carregadores AC e DC (carregador de viagem). • Capa protetora em couro. • Cabo de dados USB • Manual do Usuário • Guia de acesso rápido • Robustez de nível militar (MIL-STD 810F) • Proteção contra poeira e jatos de água (IP65) • Velocidade de dados de 2.4 Kbps. • SIM CARD pré-pago de no mínimo 150 minutos e com validade de 6 (seis) meses a partir da ativação. 	04
02	APARELHO DE GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM) PORTÁTIL COM CÂMERA INTEGRADA. Das características mínimas do equipamento: <ul style="list-style-type: none"> • Dimensão aproximada 70 x 170 x 40 mm (largura x altura x profundidade em milímetros); • Antena externa (quádrupla) de alta sensibilidade para ambientes difíceis de receber o sinal do satélite; • Display colorido de no mínimo 256 tons; • Resolução mínima do visor de 160 x 240 pixels; • Tela transreflectivo de alta resolução com dimensão mínima de tela de 35 x 54 mm (largura x altura em milímetros), com no mínimo 2,6 polegadas; • Câmera de no mínimo 8 MP com foco automático e geomarcas automáticas; • Memória interna de no mínimo 3 GB; • Impermeável para suportar risco acidental de água; • Conexão de porta micro USB do GPS para USB do Computador; • Alimentação por bateria recarregável ou por pilhas tamanho AA; • Autonomia mínima 15 horas; • Deve possuir slot de cartão microSD; • Função Altímetro barométrico • Função Bússola digital com 3 eixos; • Visualização de mapas de navegação coloridos; • Disponibilidade de carregar mapas de navegação; 	03

	<ul style="list-style-type: none"> • Marcar pontos; • Pré-definição de rotas; • Registro de trajetos; • Fazer cálculo de área; <p>Dos acessórios mínimos: 01 cartão microSD com no mínimo 32GB (compatível com o aparelho); 01 cabo de interface PC/GPS de porta micro USB do GPS para porta USB do PC; 01 cabo de ligação do GPS a tomada 12V do veículo (acendedor de isqueiro) com a conexão na porta micro USB do GPS; 01 bolsa de transporte com alça; 01 material e programas para instalação e uso do GPS; 01 manual de usuário em português; 01 guia de referência rápida. 01 Base ou Suporte/ventosa do GPS para veículo na cor preta. Marca de Referência: Garmin GPSMAP 64 SC.</p>	
03	COMPRESSOR PORTÁTIL DE AR VEICULAR. Das características mínimas: Compressor de ar portátil com manômetro. Potência mínima: 50W. Vazão mínima: 8 litros/minuto. Pressão mínima: 100 PSI. Alimentação: Liga-se na base do acendedor de cigarros 12V ou tomada 110/220V. Fusível de proteção 10/15A. Fio de alimentação com no mínimo 2 metros. Comprimento mínimo da mangueira para enchimento: 45 cm. Possui bico de encher pneu.	01
04	CARREGADOR PORTÁTIL INTELIGENTE DE BATERIA AUTOMOTIVO COM AUXILIAR DE PARTIDA DE 12V PARA USO PROFISSIONAL. Das características mínimas: Fusível de proteção da entrada de energia. Aviso luminoso de bateria carregada e de superaquecimento do equipamento. Função de carga lenta e rápida. Grau mínimo de proteção: Ip20. Tensão de alimentação do carregador de bateria: mínimo 110V. Frequência: 47 Hz até 63 Hz. Capacidade mínima de Carga Bateria 12V: 6Ah a 90Ah. Com conjunto de cabos de saída polarizados e garras tipo jacaré. Tecnologia de carregamento de alta eficiência seguro e completo. Proteção contra curto-circuito, contra polaridade invertida e contra sobreaquecimento. Equipamento de acordo com a norma ABNT NBR IEC 60335-1 e IEC 60335-2-29.	01
05	CABO AUXILIAR DE PARTIDA (CHUPETA). Das características mínimas: Tipo linha pesada, indicada para transferência de carga em baterias de caminhão/automóvel. Par de cabo com no mínimo 3,5 metros cada, sendo um na cor preta e outro na cor vermelha. Material das garras do cabo de transmissão: Aço Carbono. Bitola do cabo de transmissão: 25 mm². Capacidade Máxima: 800 A. Acessório: Bolsa de Transporte.	03
06	CONE PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO. Das características mínimas: Altura: 75cm. Cor: Laranja. Composição: Borracha flexível com duas faixas brancas refletivas.	20
07	TABLET OCTA-CORE OU SUPERIOR DE 2.0 GHZ, TELA DE 8", Micro SD (up 512), 3 GB RAM+32 GB ROM, Bateria 4200mAh. Incluindo suporte para fixação no painel do veículo ou para-brisas.	4
08	INVERSOR 150W CONVERSOR ENTRADA 12V SAÍDA 110V Especificação Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Tensão de Entrada: 10,5 a 15,5V (±0,3V) • Tensão de Saída: AC 110v • Tensão Contínua: 150W • Tensão de Pico: 300W • Plugue Acendedor de Cigarro de 12V • Saída USB 5V • Frequência de Saída: 60 ± 3Hz • Forma da Onda: Senoidal Modificada • Tensão Mínima: 10,2 V • Tensão Máxima: 15,8 V 	4

2.2. Todos os equipamentos e materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido neste instrumento.

2.3. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO do produto ofertado.

2.4. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

2.5. O quantitativo a ser registrado não vincula a Administração à sua aquisição total, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição dos aparelhos telefônicos satelitais proporcionará aos agentes de segurança a possibilidade de comunicação, em eventual urgência ou emergência, por ocasião de acompanhamento de magistrados em viagens a serviço, realização de juizados especiais federais itinerantes em localidades sem sinal de telefonia convencional, ou em deslocamento à penitenciária federal para inspeção. Possibilitará também aos agentes e oficiais de justiça a comunicação, em caso de urgência ou emergência, durante o cumprimento de mandados judiciais em localidades de difícil acesso, onde não haja sinal de telefonia convencional. O serviço de telefonia satelital será ativado através de

aquisição de créditos pré-pagos. O valor apurado junto às operadoras de telefonia via satélite para uma recarga de 200 minutos está dentro dos limites para pagamento através de suprimento de fundos e a validade desses créditos geralmente é de 06 (seis) meses. Desta forma, não será necessário realizar uma contratação continuada aos serviços de telefonia, na sua modalidade pós pago. Pretende-se disponibilizar 02 (dois) aparelhos para a SEVIT na SJRO, 01 (um) para a SSJ-JIP e 01 (um) para a SSJ-VHA.

3.2. O Estado de Rondônia tem uma extensão territorial de 237.576 Km², e conforme se observa na Figura 1 abaixo, a maior parte da área territorial não tem cobertura de telefonia fixa e celular.

3.3. O sistema de comunicação via torres é limitado em nosso Estado, tendo por principal obstáculo a distância entre os municípios e a baixa área de cobertura das antenas de celulares, além de algumas operadoras não cobrirem sequer 50% (cinquenta por cento) dos municípios, e ainda existem áreas sem cobertura alguma de sinal de celular, como exemplo os distritos da Ponta do Abunã em Porto Velho, como percebe-se na figura abaixo:

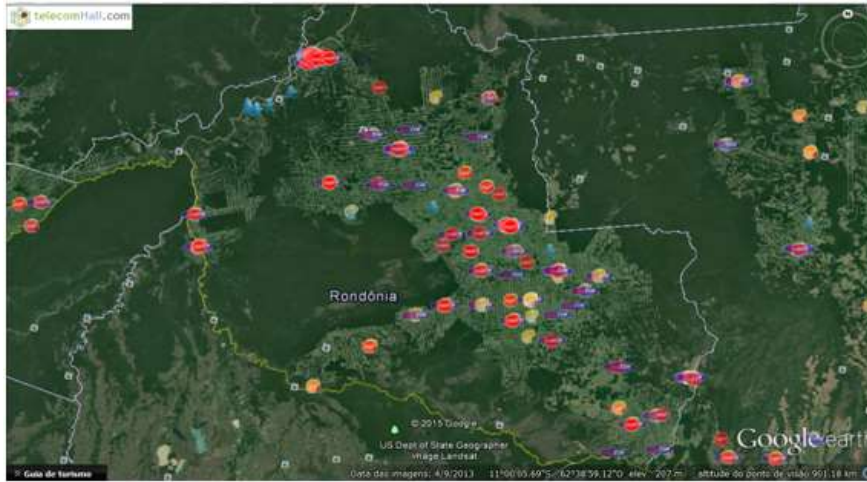


Figura 1: Mapa das áreas de cobertura das operadoras Oi, Vivo, Claro e Tim em Rondônia.

3.4. O sistema de telefonia satelital provê ainda comunicação com telefones fixos e celulares praticamente em todo o mundo, conforme mostra a figura abaixo:

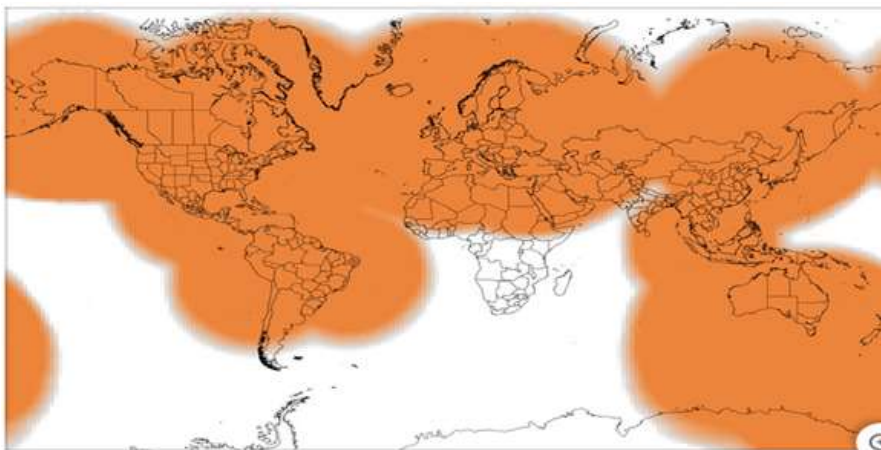


Figura 2: Mapa da área de cobertura do Sistema de Telefonia Satelital.

3.5. É de todo importante salientar que algumas atividades operacionais da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO que poderiam ser consideradas de simples execução, acabam se tornando difíceis e passam a ser consideradas de alto risco, em virtude da má qualidade de comunicação móvel no âmbito do Estado, havendo necessidade premente de solução para o caso. Com as aquisições desses equipamentos os Agentes de Segurança desta Seccional poderão aumentar a sensação de segurança dos Magistrados e Servidores da SJRO que estejam em missões institucionais de cumprimento de mandamentos judiciais, portanto faz-se necessário esta aquisição.

3.6. Já a aquisição dos equipamentos GPS proporcionará a otimização do tempo gasto pelos agentes e oficiais de justiça no cumprimento de mandados judiciais em localidades de difícil acesso, uma vez que facilitará a localização de endereços na área rural. A utilização do aparelho GPS poderá, por exemplo, agilizar o cumprimento dos mandados judiciais relacionados às questões ambientais, auxiliando na localização das coordenadas geográficas inseridas nas notificações dos órgãos ambientais de fiscalização. Possibilitará também que o oficial de justiça, uma vez localizado um endereço, registrar em sua certidão as coordenadas geográficas, facilitando assim o trabalho dos próximos oficiais e agentes designados para o cumprimento de mandados no mesmo local. Pretende-se disponibilizar um aparelho para cada localidade (SJRO, SSJ-JIP e SSJ-VHA).

3.7. As demais aquisições (compressor portátil de ar veicular, carregador portátil inteligente de bateria automotivo com auxiliar de partida, cabo auxiliar de partida) atenderão às necessidades com a frota oficial da SJRO, evitando que haja necessidade da saída de agentes de segurança do prédio, exclusivamente para calibrar pneus dos veículos, ou ainda o acionamento do seguro quando o problema for apenas uma descarga de bateria. Esses equipamentos e materiais serão disponibilizados para a SEVIT na SJRO e Subseções.

3.8. Os cones substituirão os cones antigos hoje utilizados e bastante deteriorados em razão do longo tempo de uso na sede da SJRO.

3.9 A falta dos equipamentos pretendidos compromete consideravelmente a segurança de magistrados e servidores no desempenho de suas atividades fora da sede da SJRO, em regiões remotas, onde os serviços públicos, principalmente de segurança, são precários ou até mesmo

inexistentes;

3.9.1. Riscos envolvidos em caso de não contratação para as aquisições pretendidas:

a) Impossibilidade de comunicação durante o deslocamento dos agentes de segurança, em caso de urgência e emergência, quando em acompanhamento de magistrados, por ocasião de viagens a serviço, juizados especiais federais itinerantes, ou deslocamento à penitenciária federal para inspeção;

b) Impossibilidade de comunicação dos agentes de segurança e oficiais de justiça, em caso de urgência e emergência, por ocasião de cumprimento de mandados judiciais em localidades de difícil acesso, onde não haja sinal de telefonia convencional.

3.10. A referida contratação teve origem no PAe 0001428-71.2020.4.01.8012, ao qual restou fracassada a Licitação que ocorreu por meio do Pregão eletrônico n. 16/2020, conforme ata de realização do Pregão (11631040).

3.11. As definições técnicas foram estudadas e confirmadas no Estudo Técnico Preliminar (10276742), por meio da comissão de planejamento instituída pela Portaria SECAD/RO (10258161).

3.12. Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento dos macrodesafios "Aperfeiçoamento na Gestão de Custos" para melhor prestação jurisdicional.

3.13. Esta demanda está alinhada com o PAAC 2021, aprovado através da Portaria SJRO-Diref 54/2021 (12684840), PAe n. 0000636-83.2021.4.01.8012.

3.14. Por fim, esta demanda está alinhada com o Projeto Estratégico do CJF, "Fortalecimento da Segurança Institucional da Justiça Federal" (Resolução CJF 502/2018), uma vez que alinhada à Política de Segurança Institucional da Justiça Federal PSI/JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, no que se refere às ações de segurança dos magistrados, servidores e demais colaboradores dos órgãos da Justiça Federal.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS (OU MATERIAIS DE CONSUMO)

4.1. Os bens que compõem o objeto do presente termo de referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

5. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, haja vista que a contratação se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/2013, visto que a aquisição dos materiais ocorrerá de forma parcelada e quando for conveniente para Administração.

5.1.2. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

5.1.3. Os materiais e equipamentos pretendidos para registro de preços são considerados como bens comuns, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.

5.1.4. Atualmente, não há registro de preços vigente nesta Administração para eventual aquisição dos objetos em questão.

5.2. DO REGISTRO DE "IRP"

5.2.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, considerando o §1º que diz que a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador, c/c § 3º, inciso I, que determina que caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento e considerando as experiências anteriores, a Seção de Segurança Vigilância e Transporte - SEVIT - manifesta-se **contrária** ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) devido a dificuldades operacionais esplanadas a seguir:

- a. aumento significativo nos serviços do Pregoeiro, da SELIT e da SEVIT, com necessidade de alterações no Termo de Referência, no Edital, e na Ata de Registro de Preços para inclusão dos itens, inclusive, com acréscimo de novos itens e locais de entrega pelos órgãos participantes, exigindo adequações por parte dos servidores da Justiça Federal de Rondônia, que figura como órgão gerenciador o que torna o processo mais moroso, atrasando muitas vezes o cronograma de compras elaborado pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte.

5.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

5.3.1. Não serão autorizadas adesões às Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame licitatório.

6. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega do bem a ser adquirido, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.2. Na proposta apresentada pelos licitantes deverão constar o número do item, o quantitativo, o valor unitário e total de cada item, a descrição completa, a marca e o modelo/referência do produto ofertado.

6.3. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

6.4. O pregoeiro poderá solicitar ainda ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá solicitar a

indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.

6.5. Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o MENOR VALOR TOTAL POR ITEM, observando os valores unitários estimados pela Administração para o material.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, quando da execução do objeto:

- a. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;
- b. Dar preferência para produtos reciclados e recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis;
- c. Atentar para não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- d. Usar produtos fabricados com madeira de origem legal, ou feitos com material reciclados;
- e. Observar que os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS.

7.2. Para fins de comprovação, os materiais ofertados pelas licitantes deverão apresentar nos rótulos e/ou prospectos oficiais dos fabricantes/importadores as informações correspondentes ao atendimento aos critérios de sustentabilidade dos produtos e processos de fabricação, em atendimento as determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores competentes.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

8.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

8.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nem ter sido declaradas inidôneas ou suspensas temporariamente de licitar com a Justiça Federal.

9. DA EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

9.1. Considerando que se trata de aquisição e entrega de bens comuns de mercado, sem demais exigências legais e específicas para o cumprimento do objeto, NÃO será exigido atestado de capacidade técnica.

10. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.
- b. A proposta deverá informar, a MARCA e o MODELO do objeto ofertado.
- c. O pregoeiro poderá solicitar ainda ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá solicitar a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.
- d. Os materiais e equipamentos deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).
- e. O período de garantia será contado a partir da entrega do material e equipamento, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Vigilância e Transporte - SEVIT/RO.

11. DOS PRAZOS DE REGISTRO DE PREÇOS E ENTREGA DOS MATERIAIS

11.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

11.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

11.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (vinte) dias corridos, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a lavratura da Ata de Registro de Preços, a relação contratual de fornecimento, no caso do presente Termo de Referência, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

12.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e demais condições de habilitação previstas neste instrumento.

12.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Considerando que se trata de fornecimento de objeto comum e com prazo de entrega como obrigação principal em até trinta dias corridos, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

14. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues no prédio sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, em dias de expediente, nos horários de 9h a 17h.

14.2. Os materiais e equipamentos serão recebidos pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, a ser designado através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

14.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

14.4. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

14.5. Não serão recebidos materiais e equipamentos com marca e modelo diversos da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

14.6. Após o recebimento provisório do material ou equipamento, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, caso os materiais e equipamentos entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

14.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material e equipamento deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material e equipamento encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

14.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material e equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material e equipamento.

14.9. Caso o fornecedor não efetue a entrega no prazo de 30 (trinta) dias, poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio do(s) equipamento(s), ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Requisitar o fornecimento dos materiais mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo nesta Seccional e recursos orçamentários disponíveis;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais e equipamentos entregues por meio do gestor da Ata de Registro de Preços;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo gestor da Ata de Registro de Preços, do qual deverá consignar a razão da recusa dos materiais;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- h. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Caberá à CONTRATADA:

- a. Receber a nota de empenho enviada pelo gestor da Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico, ao e-mail informado na proposta, consignando a data de recebimento e responsável, no prazo de até 02 (dois) dias após a remessa;
- b. Entregar os materiais e equipamentos no prazo estipulado neste instrumento, acompanhada da nota fiscal;
- c. Substituir os materiais e equipamentos recusados no prazo estipulado neste instrumento;
- d. Comunicar ao gestor da Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- e. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- g. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- h. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

17.2. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar regular perante a RECEITA FEDERAL, o FGTS, o INSS e a JUSTIÇA DO TRABALHO. A irregularidade poderá ensejar multa ou rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.2.1. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa no PAe SEII, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

17.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

17.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

- a. Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.
- b. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADO.

17.5. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susado até o saneamento das pendências, sem que isso caracterize atraso no pagamento da nota fiscal pela CONTRATANTE.

17.6. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

17.7. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

17.8. A CONTRATANTE não acatará cobranças por meio de duplicatas ou quaisquer outros títulos, feitas através de bancos ou outras instituições do gênero.

17.9. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o contratado, garantida a prévia defesa, sujeita-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, incisos I e II, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

18.2. A penalidade de advertência, será cabível para punir falhas cuja gravidade não incida nas penas previstas nas letras "b" e "c" do item 18.1. deste Termo de Referência.

18.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

18.3.1. As sanções descritas no **item 18.3** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

18.4. Poderá ser aplicada a penalidade de multa, sem prejuízo das sanções acima descritas, ao contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a) recusa em aceitar o contrato;
- b) atraso na execução do contrato;
- c) inexecução parcial ou total do contrato;
- d) apresentar documentação falsa, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato;
- e) não manter, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

18.5. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

18.6. Atraso injustificado na execução do contrato relativo a entrega do material ou substituição dos materiais nos prazos estipulados. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

18.7. Atraso injustificado na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias e inferior a 40 (quarenta) dias corridos, em que a administração decida por manter o contrato nos termos do item 14.9. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo período de 3 (três) meses. Até 20 (vinte) dias corridos será calculado conforme item 18.6.

18.8. Atraso injustificado na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 40 (quarenta) dias corridos em que a administração decida por manter o contrato. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor empenhado e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo período de:

- a) atraso de até 50 dias: 4 (quatro) meses;
- b) atraso de até 60 dias: 5 (cinco) meses.

18.9. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 6 (seis) meses a 05 (cinco) anos.

18.10. Atraso injustificado na execução do contrato relativo aos demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias corridos, ou 2% (dois por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

18.11. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

18.12. A não manutenção, no momento da emissão da nota de empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.13. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

18.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

18.15. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

18.16. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

18.17. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

18.18. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para a CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

18.19. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

19. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

19.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses.

19.2. Todavia, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, desde que robustamente comprovados por documentação idônea e suficiente, observadas as disposições contidas no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013 e no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO ou por outro servidor indicado pela CONTRATANTE, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

20.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da CONTRATADA em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

20.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

20.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

21. DO VALOR ESTIMATIVO

21.1. O valor estimado será estabelecido pela SELIT - Seção de Licitações e Contratos da SJRO, conforme valores apurados em cotações válidas.

ARILSON DIAS FERREIRA

Supervisor da SEVIT-RO

Mat. RO380199

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Técnico Judiciário**, em 05/08/2021, às 14:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **13616192** e o código CRC **ASD12016**.